



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em [www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)  
Identificador: F9A90-8E12F-89468



## **Voto do Relator 00367/2025-9**

Produzido em fase anterior ao julgamento

**Processo:** 04090/2024-4

**Classificação:** Prestação de Contas Anual de Ordenador

**Setor:** GAC - Rodrigo Chamoun - Gabinete do Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

**Exercício:** 2023

**Criação:** 27/01/2025 14:53

**UG:** SEOB - Secretaria Municipal de Obras de Serra

**Relator:** Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

**Responsável:** HALPHER LUIGGI MONICO ROSA, IZABELA BIANCARDI RORIZ

RELATÓRIO E  
ACORDÃO

# PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE ORDENADOR

EXERCÍCIO

**2023**

UNIDADE GESTORA

**SECRETARIA MUNICIPAL  
DE OBRAS DE SERRA**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



## SUMÁRIO

<b>I</b>	<b>RELATÓRIO .....</b>	<b>3</b>
<b>II</b>	<b>FUNDAMENTOS .....</b>	<b>4</b>
II.1	INTRODUÇÃO .....	4
II.2	CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	6
II.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	7
II.4	CONTROLE INTERNO .....	8
II.5	MONITORAMENTO DE DELIBERAÇÕES.....	8
<b>III</b>	<b>PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO.....</b>	<b>9</b>



## **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE ORDENADOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE SERRA – 2023 – CONTAS REGULARES – QUITAÇÃO – ARQUIVAMENTO.**

Propõe-se ao TCEES que a prestação de contas da Secretaria Municipal de Obras de Serra, sob a responsabilidade dos Srs. HALPHER LUIGGI MONICO ROSA E IZABELA BIANCARDI RORIZ, no exercício de 2023, seja julgada REGULAR, na forma do artigo 84, I da Lei Complementar Estadual 621/2012 c/c art. 161, parágrafo único do RITCEES, aprovado pela Resolução 261 de 4 de junho de 2013, dando-lhes total quitação.

### **O CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN:**

#### **I RELATÓRIO**

Trata-se de prestação de contas anual de gestão da Secretaria Municipal de Obras de Serra, referentes ao exercício de 2023, de responsabilidade dos senhores Halpher Luiggi Monico Rosa e Izabela Biancardi Roriz, encaminhada para julgamento deste Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

A prestação de contas foi analisada pela unidade técnica, conforme **Relatório Técnico 00323/2024-8** (peça 36) e **Instrução Técnica Conclusiva 05744/2024-1** (peça 37), que opinou pela **regularidade** das contas dos senhores Halpher Luiggi Monico Rosa e Izabela Biancardi Roriz, no exercício de 2023, na forma do art. 84, inciso I da Lei Complementar Estadual 621/2012.

O **Ministério Público de Contas**, por meio do **Parecer 06778/2024-1** (peça 39), de lavra do Procurador Luis Henrique Anastácio da Silva, anuiu da proposta da unidade técnica, manifestou-se pela **regularidade** da Prestação de Contas Anual.



Após o parecer ministerial, vieram os autos conclusos a este gabinete para prolação de voto.

## **II FUNDAMENTOS**

### **II.1 INTRODUÇÃO**

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), nos termos da Constituição Federal e da Constituição Estadual, bem como na forma estabelecida em sua Lei Orgânica, desempenha, nestes autos, uma das principais competências que lhes são atribuídas: *“julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios, incluídas as fundações e as sociedades por eles instituídas ou mantidas, bem como as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário”*.

O julgamento realizado pelo Tribunal, nos presentes autos, baseado em elementos técnicos, atende ao justo anseio da sociedade por transparência e por correção na gestão dos recursos públicos municipais. Esse julgamento contribui para a qualificação na gestão dos recursos públicos ao apontar oportunidades de melhorias para os gestores e para tomadores de decisões no âmbito da administração pública.

A prestação de contas anual reflete a atuação do gestor responsável no exercício de suas funções administrativas. As atividades desenvolvidas no período são evidenciadas, por meio das demonstrações contábeis separadas, demais documentos e informações que a integram, conforme exigido pela Instrução Normativa TC 68/2020 para as prestações de contas dos ordenadores de despesas, bem como pelas disposições contidas no capítulo IV, seção I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Objetivando subsidiar o cumprimento dos artigos 71, inciso II c/c artigo 75 da Constituição Federal de 1988, e artigo 71, III da Constituição do Estado do Espírito Santo, o presente relatório técnico foi elaborado com a participação de diversas unidades técnicas deste Tribunal, considerando os documentos e os



eventuais processos conexos e/ou continentes apensados a eles, sendo subscritos pelos Auditores de Controle Externo que conjuntamente o assinam.

No que tange à metodologia adotada, os auditores examinaram os demonstrativos contábeis, os demais documentos e as informações apresentadas, sob a ótica da conformidade. Emitindo, ao final, uma opinião quanto à conformidade da execução orçamentária e financeira, além de outra quanto à fidedignidade das demonstrações contábeis divulgadas. Essa avaliação, precedida pela análise de consistência dos dados e pelas informações encaminhados eletronicamente a este Tribunal, observou as disposições contidas no capítulo IV, do título IV, do Regimento Interno do TCEES e o escopo de análise definido em anexo específico da Resolução TC 297, de 30 de agosto de 2016. Considerando, ainda, os critérios de relevância, risco e materialidade dispostos na legislação aplicável, e o julgamento profissional dos auditores.

Aproveito a oportunidade para expressar minha homenagem às auditoras e aos auditores de controle externo pelo trabalho relevante que realizam, visto que contribuem profundamente para o aperfeiçoamento da gestão pública visando à qualidade de vida das pessoas.

A excelência dedicada ao cumprimento do nosso propósito e de nossa missão fornece as bases para alcançarmos os objetivos estratégicos que geram valores públicos para a sociedade:

- Garantir a credibilidade das contas públicas e a sustentabilidade fiscal;
- Fomentar a integridade, a eficiência e a sustentabilidade nos negócios governamentais;
- Contribuir para a efetividade das políticas públicas; e
- Induzir a governança, a transparência e a responsabilidade na gestão pública.

Feitos os devidos reconhecimentos, esclareço que este voto contém o seguinte escopo:

- **EMENTA** e enunciados



- **I RELATÓRIO**
- **II FUNDAMENTOS** (introdução, conformidade da execução orçamentária e financeira, demonstrações contábeis, controle interno e monitoramento de deliberações)
- **III PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

Inicialmente, atesto que acompanho da proposta de encaminhamento do Corpo Técnico desta Corte de Contas, que opina pela regularidade da Prestação de Contas Anual dos senhores Halpher Luiggi Monico Rosa e Izabela Biancardi Roriz, responsável pela gestão dos recursos públicos da Secretaria Municipal de Obras de Serra, no exercício de 2023.

A prestação de contas foi entregue em 26/03/2024, via sistema CidadES. Assim, verifica-se que a unidade gestora observou o prazo limite de 01/04/2024, definido em instrumento normativo aplicável.

Na sequência, passo a destacar as questões centrais tratadas na Instrução Técnica Conclusiva 05744/2024-1 (peça 37), que subsidiam a emissão do acórdão. Faço constar, portanto, a peça conclusiva como parte integrante da fundamentação de meu voto, independentemente de sua transcrição, nos moldes do §3º, art. 2º do Decreto Nº 9.830, de 10 de junho de 2019 que regulamentou o disposto nos art. 20 ao 30 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)<sup>1</sup>.

## II.2 CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

(Título 3 da ITC 05744/2024-1)

Quanto à análise de conformidade da execução orçamentária e financeira, busca-se evidenciar, a partir do exame da documentação encaminhada na presente prestação de contas, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão

---

<sup>1</sup> Decreto Nº 9.830, de 10 de junho de 2019. Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que instituiu a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro. Art. 2º A decisão será motivada com a contextualização dos fatos, quando cabível, e com a indicação dos fundamentos de mérito e jurídicos. [...] **§ 3º A motivação poderá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam a decisão.** (grifos nossos)



praticados pelo gestor responsável. Nesse contexto, o resultado dessa análise contribuirá para a formação de opinião quanto ao julgamento dessas contas.

Da gestão orçamentária, verifiquei que não houve execução orçamentária da despesa empenhada (R\$ 400.744.517,72) em valores superiores à dotação atualizada (R\$ 421.691.320,86), e ausência da execução nas dotações de Reserva de Contingência e RPPS.

No que tange às contribuições previdenciárias do RGPS e RPPS, parte patronal e parte servidor, observei que representaram acima de 90% dos valores devidos, sendo considerados como aceitáveis, para fins de análise das contas.

Com base nos valores demonstrados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na Demonstração das Variações Patrimoniais, no Demonstrativo da Dívida Fundada e no Balanço Patrimonial do exercício em análise, constatei que não existem débitos previdenciários registrados na contabilidade.

Quanto a gestão financeira, da conciliação entre os registros constantes dos extratos bancários e contábeis, no encerramento do exercício financeiro de 2023, relativos às disponibilidades financeiras em conta corrente/aplicação, verifiquei que as demonstrações contábeis refletem adequadamente os saldos constantes dos extratos bancários.

### II.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Título 4 da ITC 05744/2024-1)

Quanto a análise de consistência das demonstrações contábeis, por meio do sistema CidadES, segundo os pontos de controle predefinidos, foi realizada a análise de consistência dos dados encaminhados pelo responsável e foi verificada a conformidade entre o Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.

Nos procedimentos patrimoniais específicos (bens móveis, imóveis, intangíveis e almoxarifado), constatei que os valores foram devidamente evidenciados em suas respectivas contas contábil do Balanço Patrimonial.





No exercício em análise, ao examinar a movimentação das contas nos demonstrativos contábeis, constatei a ausência do reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos bens do ativo imobilizado e intangível, da depreciação, da exaustão ou da amortização acumuladas, bem como das respectivas despesas em relação aos bens imóveis.

Assim, considerando que a obrigatoriedade de tais registros teve início em 2020 e que não importa em materialidade suficiente para macular as contas, tratando-se de falha de evidenciação contábil, acompanho o corpo técnico em dar **ciência** aos atuais gestores para que, façam o reconhecimento, mensuração e evidenciação das despesas com a depreciação dos bens imóveis nas futuras prestações de contas.

Além disso, constatei a ausência do reconhecimento, a mensuração e a evidenciação das despesas com benefícios a empregados selecionados por competência.

Assim, considerando que a apropriação mensal não foi uniforme ao logo do exercício, fato que indica a falta de critérios precisos para o reconhecimento das despesas com férias e 13º salário, acompanho o corpo técnico em dar **ciência** aos atuais gestores para que, adotem medidas junto ao setor contábil e administrativo, visando a criação de critérios proporcionais de apropriação mensal, com finalidade de corrigir falha nas futuras prestações de contas.

## II.4 CONTROLE INTERNO

(Título 5 da ITC 05744/2024-1)

Ao analisar o Relatório e o Parecer Conclusivo do Controle Interno, exigidos no §2º do art. 82 da Lei Complementar Estadual 621/2012, no §4º do art. 135 do Regimento Interno do TCEES e na IN 68/2020, verifiquei que o Controle Interno opinou pela regularidade das contas.

## II.5 MONITORAMENTO DE DELIBERAÇÕES

(Título 6 da ITC 05744/2024-1)



Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES não foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

Por fim, **acompanho** o posicionamento do órgão de instrução desta Corte e do entendimento do Ministério Público Especial de Contas para **tomar como razão de decidir a fundamentação** exarada neste voto.

### III PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Por todo o exposto e com base na competência outorgada pelo inciso V, do artigo 29, da Resolução TC 261, de 4 de junho de 2013 (Regimento Interno do Tribunal de Contas), acompanho o entendimento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas e VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte proposta de deliberação:

**Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun**

Conselheiro Relator

### ACÓRDÃO

**VISTOS**, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, **ACORDAM** em:

**III.1 JULGAR REGULAR** a prestação de contas da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE SERRA**, sob a responsabilidade dos Srs. **HALPHER LUIGGI MONICO ROSA E IZABELA BIANCARDI RORIZ**, no exercício de **2023**, na forma do artigo 84, I da Lei Complementar Estadual 621/2012 c/c art. 161, parágrafo único do RITCEES, aprovado pela Resolução 261 de 4 de junho de 2013, dando-lhes total quitação.

**III.2 DAR CIÊNCIA** aos atuais gestores da Secretaria Municipal de Obras de Serra, com fundamento no art. 9º, *caput*, da Resolução TC 361/2022:

- para que adotem junto aos setores contábil, administrativo e patrimonial visando à criação de critérios de apropriação mensal das despesas com



depreciações de bens imóveis (prédios e instalações), com finalidade de corrigir a falha nas futuras prestações de contas, conforme narrado no item II.3 do voto.

- para que adotem medidas junto aos setores contábil e administrativo visando à criação de critérios de apropriação mensal das despesas com férias e 13º salário, com a finalidade de corrigir a falha nas futuras prestações de contas, conforme narrado no item II.3 do voto.

**III.3 ENCAMINHAR**, juntamente com o Voto e Acórdão, a ITC 05744/2024-1.

**III.4 ARQUIVAR** os autos, após os trâmites regimentais.